

**HABEAS CORPUS Nº 497.351 - GO (2019/0066369-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE GOIAS**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**SAULO CARVALHO DAVID - GO035371**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : M G S A (INTERNADO)**

**EMENTA**

HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO. APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. FLAGRANTE ILEGALIDADE. MITIGAÇÃO DA SÚMULA N. 691 DO STF. ORDEM CONCEDIDA.

1. A medida socioeducativa de internação somente pode ser aplicada quando caracterizada uma das hipóteses previstas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente e caso não haja outra medida mais adequada e menos onerosa à liberdade do adolescente.

2. Embora a espécie de ato infracional supostamente praticada evidencie a necessidade de certo cuidado com a menor, a decisão que impôs a medida de internação provisória não foi suficientemente fundamentada.

3. Conquanto a insurgente ostente registros por prática de ato infracional análogo a roubo, essa circunstância não foi mencionada pelo Juízo de primeiro grau. Além disso, não se verifica violência ou grave ameaça na conduta da paciente (tão somente deu cobertura a comparsa) e não há notícia de descumprimento de medida anteriormente imposta.

4. A situação de abandono familiar, social e estatal que marcou a trajetória da investigada, desde seu nascimento reclama menor rigor no exame de seu comportamento.

5. Não é leviano supor que a internação da acusada poderá representar danos ainda maiores a sua reintegração social, que também conta com outro componente, a necessidade de manter os vínculos maternos com a filha de tenra idade, ainda que de modo precário e imaturo.

6. Ordem concedida para, confirmada a liminar, impor à paciente a medida socioeducativa de semiliberdade.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, conceder a ordem, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

